



Diminui a rolagem da dívida externa em 2002

O Banco Central espera uma piora substancial nas taxas de rolagem da dívida externa e embutiu nas projeções do balanço de pagamentos de 2002 percentuais muito mais baixos do que os que já estão ocorrendo agora, nesses meses de forte escassez de recursos externos para os países emergentes. Mesmo com previsões que sustenta serem bastante conservadoras, sobretudo nos refinanciamentos de dívidas, o BC não vê, pelo menos por enquanto, necessidade sequer de sacar os US\$ 10 bilhões do acordo com o Fundo Monetário Internacional disponíveis no ano que vem.

Para 2002, a expectativa é de que 100% dos bônus e "commercial papers" serão refinanciados, assim como 260% dos bônus e 85% dos empréstimos diretos. Segundo o chefe do Departamento Econômico do BC, Altamir Lopes, ao assumir essas hipóteses, o BC está admitindo uma forte piora nos refinanciamentos. Hoje eles representam mais de 130% no caso das notes e commercial papers e, no auge da crise de 1999, quando da desvalorização cambial, não caíram abaixo do patamar de 130%. A rolagem dos empréstimos intercompanhias, que em tempos normais chega a 270%, está estimada em apenas 120% das amortizações previstas.

Também é conservadora a previsão de refinanciamento de 260% dos bônus (praticamente bônus da República), garante Lopes. Nas premissas que fundamentaram as projeções do balanço de pagamentos para o próximo ano, considerou-se uma captação por meio de bônus na casa dos US\$ 6 bilhões, menos, portanto, que os US\$ 7 bilhões emitidos neste ano.

A conta de investimentos diretos é de US\$ 16 bilhões, sendo US\$ 1 bilhão de intercompanhias mais uma média de US\$ 1,25 bilhão ao

mês no ano que vem, já considerando o possível ingresso de recursos para investimentos na área de energia. A expectativa do governo é de que, resolvendo os problemas com as empresas de energia, entrem no país entre US\$ 3 bilhões a US\$ 4 bilhões nos próximos dois anos (2002 e 2003).

O chefe do Depec diz que, portanto, não vê razões para se discutir um eventual

retorno do país ao Fundo Monetário Internacional para pedir um reforço financeiro além dos US\$ 10 bilhões disponíveis para o país em 2002 que, a priori, não se pretende sacar.

Nas previsões das contas externas o BC considerou um crescimento econômico moderado — algo entre 2% e 3% para 2002 — e uma taxa de câmbio em torno de US\$ 2,70. Na piora dos refinanciamentos, levou-se em conta não só o cenário internacional mas também as possíveis tensões decorrentes das eleições presidenciais.

Com um superávit de US\$ 5 bilhões na balança comercial — também uma estimativa conservadora se comparada às do mercado —, as contas do BC fecham e ainda se pagaria US\$ 600 milhões ao FMI em 2002, assegura Lopes. O tamanho do crescimento econômico estimado para o ano que vem faz enorme diferença na determinação do cálculo do superávit comercial, sobretudo na performance das importações.

Segundo cálculos feitos pela consultoria Rosenberg e Associados, para o país crescer 2,5% no ano que vem (média contra média), "e numa hipótese otimista de que o crescimento se espalharia linearmente no ano", explica Mikal Gartenkraut, isso significaria que o crescimento ponta a ponta teria que ser de 6,6%. "Não é impossível, mas é muito difícil", avalia, lembrando que a última vez que uma variação dessa natureza aconteceu foi de 8,9% na comparação do PIB de dezembro contra junho de 1994.

Já para apresentar um crescimento do PIB de 2,5% ponta a ponta, a média contra média teria que ser próxima a zero. Gartenkraut trabalha com essa segunda hipótese e obtém um superávit comercial em torno de US\$ 9 bilhões no ano que vem. Cifra muito superior à do BC.

Como as contas do BC foram feitas com cautela, para se chegar a uma situação de ter que sacar os US\$ 10 bilhões já disponíveis pelo acordo em curso e ainda pedir um reforço financeiro adicional do FMI, o cenário considerado para o ano que vem teria que ser de "caos", avalia o chefe do Departamento Econômico do Banco Central. O que não pode ser nem deve ser totalmente descartado.

BC pretende emitir US\$ 6 bi em bônus